

Linda Externa A alternativa da moratória está sendo examinada

Andrei Meireles
Repórter Especial • 6 AGO 1983

A moratória não é uma alternativa descartada no Governo. Ao contrário, segue-se à risca as recomendações do FMI, implementadas pela equipe econômica, enquanto discretamente se avalia, inclusive junto a setores da Oposição, as medidas necessárias e as consequências previsíveis de uma declaração a médio prazo da moratória.

O presidente Aureliano Chaves tem colhido informações e opiniões de empresários, economistas e políticos sobre a moratória. Mantém, contudo, a lealdade às decisões de Figueiredo de aceitar as exigências do FMI, determinando uma ação política ao comando do PDS capaz de viabilizar a aprovação pelo Congresso do Decreto-lei 2045.

Exceto na tecnocracia, nos demais setores do Governo a moratória é encarada como inevitável. Mais: a decisão de atender às recomendações dos credores internacionais é interpretada como tática e transitória. Traduzindo: o Brasil no momento não dispõe de moedas fortes em caixa, o que lhe torna extremamente vulnerável especialmente em relação ao fornecimento de petróleo. O caminho seguido, segundo informações das áreas políticas, que estariam com respaldo militar, tem por objetivo «fazer caixa, através da liberação de recursos pelos bancos internacionais, para, em seguida, declarar a moratória».

Com seguras informações dos bastidores do Governo, alguns parlamentares, como o senador Murilo Badaró, tem se movimentado no sentido de criar no Congresso o clima propício à moratória. O deputado Nelson Marchezan tem diariamente declarado que «a moratória hoje não interessa ao País». A única mudança é a substituição do hoje por ainda ou por enquanto, mas em todas as suas manifestações há uma ressalva temporal.

Segundo Marchezan, a moratória deve ser debatida nas reuniões de bancada do seu Partido com os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas. Será a primeira vez que os ministros comparecerão depois do agravamento da crise econômica a um debate no Parlamento sem regras rígidas e inibidoras da discussão.

A ação do PDS, apoiada por diversos ministros, soma-se um trabalho oposicionista, realizado por diversos parlamentares, principalmente pelos senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes. Esse trabalho já conta com a simpatia do presidente do Partido, deputado Ulysses Guimarães, e envolve conversas com o PDS e o Governo, inclusive com o presidente Aureliano Chaves.

Aos trancos e barrancos, o Brasil caminha para o reconhecimento oficial da moratória, posto que na prática, já não está cumprindo há algum tempo seus compromissos internacionais. Esta oficialização, contudo, não interessa nem aos credores nem à equipe econômica do Governo, que tenta desesperadamente evitar um colapso das contas externas, adotando medidas tipo a centralização em um caixa único para o pagamento ao exterior.

Nas oposições e no Governo, entende-se a moratória como o início de uma renegociação com os credores, respaldada internamente por todos os partidos, que não implique em uma política recessionista. Com a moratória, viria uma ampla reformulação ministerial e uma mudança da equipe e da política econômica.

No Congresso, há uma total desinformação sobre a real situação das contas externas. Habitados ao sigilo, às negociações reservadas e às viagens clandestinas, os ministros econômicos até o momento não informaram aos políticos e à Nação quanto e a quem o Brasil deixou há algum tempo de pagar.